



CONTRA O DESMONTE

Funcionários do BB avaliam nova paralisação no dia 10

Em assembleias virtuais realizadas em todo o Brasil, os funcionários também deliberaram sobre a decretação do estado de greve



Funcionários do Banco do Brasil em todo o país participam de Assembleia Virtual, das 8h às 18h desta sexta-feira (05/02), para avaliar proposta de estado de greve e nova paralisação no banco, no dia 10/02.

A intenção é dar resposta ao silêncio da direção do Banco do Brasil, que se recusa a dialogar com os funcionários depois que anunciou um plano de “reestruturação” que prevê a demissão de 5 mil bancários e bancárias e o fechamento de centenas de agências, postos e escritórios do BB em todo o país.

O governo alega que a “reestruturação” deixará o banco mais competitivo, mas o movimento sindical denuncia que a

real intenção do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes é ampliar os lucros a serem pagos este ano aos acionistas e, ao mesmo tempo, sucatear o Banco do Brasil para acelerar sua privatização. Querem fazer isso às custas de milhares de famílias de funcionários que ficarão desestruturados em meio a maior crise sanitária, econômica e social do Brasil.

Outra proposta apreciada pelos funcionários é a decretação do estado de greve, que poderá ser deflagrada caso a direção do banco continue fugindo das negociações. Até o fechamento desta edição ainda não se tinha conhecimento do resultado das assembleias.

Sindicatos recebem denúncias de assédio moral no Bradesco

Os sindicatos do Pactu e de todo o país têm sido procurados insistentemente por bancários e bancárias do Bradesco, desde o início do ano. E as queixas são as mesmas de norte a sul do Brasil: aumento desproporcional das metas e cobranças abusivas para o seu atingimento, além da falta de funcionários nas agências.

Os dirigentes dos sindicatos têm constatado que o Bradesco, após o processo de demissões em massa, levado a cabo em outubro e novembro/2020, deixou dezenas de agências com número reduzido de funcionários, incluindo aquelas que não foram transformadas em

UN (Unidade de Negócios). Além disso, ao que parece, o Bradesco cansou de esperar o fim da pandemia. Depois de, por vários meses, afirmar que não cobraria metas, o Bradesco retomou a pressão, desencadeando uma onda de assédio moral há muito não vista.

Wilson de Souza, representante do Pactu na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco e dirigente do Sindicato dos Bancários de Umarama, informou que “já foi solicitada uma reunião de negociação com o banco e os bancários devem denunciar o assédio e a falta de funcionários para seu sindicato”.

Bancos têm até 1º de março para pagar parcela da PLR



O dia 1º de março é o último prazo para que os bancos privados paguem aos seus funcionários a segunda parcela da Participação dos Lucros e Resultados (PLR), referente ao exercício 2020. Os empregados da Caixa receberão o benefício até 31 de março. O limite previsto no acordo específico do Banco do Brasil é em até dez dias úteis após a data de distribuição dos dividendos ou JCP (Juros sobre Capital Próprio) aos acionistas. Esses prazos estão garantidos na Convenção Coletiva sobre a PLR e nos acordos específicos do BB e da Caixa, assinados no ano passado.

Nos últimos doze meses, apesar da crise, os bancos mantiveram lucros bilionários, demonstrando que os banqueiros podem pagar a PLR dos trabalhadores antes do prazo máximo. No entanto, até o fechamento desta edição nenhum banco havia informado a data do pagamento.

Débora Fonseca vence eleições do Caref



Com 25.587 votos, contra 7.986 do segundo colocado, a bancária Débora Fonseca foi eleita em segundo turno para representar os funcionários no Conselho de Administração (Caref) do Banco do Brasil. Apoiada pelos Sindicatos do Pactu e a maioria das entidades de representação dos funcionários do BB, Débora é bacharel em Comunicação Social e tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, com MBA em Gestão Bancária e Finanças Corporativas, CPA-10 e CPA-20. Em seu primeiro mandato ela se destacou com uma firme defesa dos funcionários e contra a retirada de direitos e de conquistas. Débora vai continuar lutando também contra a privatização e em defesa do papel do BB como instituição pública, à serviço do desenvolvimento econômico e social do país e como principal agente de crédito para atividades produtivas geradoras de emprego e renda.

Coronavírus

Bancários cobram mais rigidez nas medidas preventivas



A retomada do teletrabalho e maior rigidez dos protocolos de saúde e segurança para enfrentar o agravamento da pandemia foram discutidas entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, em reunião realizada no dia 02/02. O temor é com a possibilidade de espalhamento da nova variante do coronavírus, que provocou caos em Manaus e já chegou a outras regiões do país. As medidas protetivas são fundamentais para proteção dos bancários, mas o Comando também reivindicou esforço da Fenaban para que, depois dos grupos prioritários, o segmento bancário seja incluído pelo Ministério da Saúde como um dos setores essenciais no calendário da vacinação. Os representantes dos bancários alertaram que “é uma questão de responsabilidade” e que os bancos devem se antecipar ao sério risco que vem pela frente. Mais informações em www.pactu.org.br

Santander

Assembleias decidirão sobre Acordo Aditivo



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander negociou com o banco o adiamento do início da compensação das horas negativas, inicialmente previsto para janeiro. O novo prazo, inicialmente indicado para março, está condicionado a análise futura das condições da pandemia do coronavírus e pode sofrer nova prorrogação. A proposta amplia o período para compensação de 12 para 18 meses, sendo vedado desconto em folha de pagamento até o encerramento deste prazo. Em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria, também é vedado o desconto das horas não compensadas. Para ser assinado, o acordo depende da aprovação dos bancários do Santander, por meio de assembleias virtuais no dia 09/02. Leia mais em www.pactu.org.br

Eleição no Congresso

Vitória de Arthur Lira significa mais retrocesso



Mesmo num momento em que o Brasil caminha para a marca de um quarto de milhão de mortos pela covid-19 e enfrenta a mais severa crise econômica e social das últimas décadas, a Câmara dos Deputados dá uma demonstração de que pouco se importa com os brasileiros. A vitória de Arthur Lira (Progressistas-AL) na presidência da Casa e todas as manobras que envolveram a eleição provam que a velha política está mais viva do que nunca. Só não havia sido explícita de forma tão desavergonhada como ocorreu nesse processo eleitoral.

O governo abriu a mala de dinheiro, distribuiu cargos e conseguiu comprar os votos necessários para eleger o preferido de Jair Bolsonaro (ex-PSL). O sabor da vitória não foi só a derrota de Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-aliado e hoje inimigo do presidente. Bolsonaro sabe que há mais de 50 pedidos de impeachment aguardando análise na Câmara. A derrota poderia significar o impeachment, até porque essa ideia já é defendida por boa parte da sociedade.

Mas a vitória de Arthur Lira é ruim não só porque ele não abrirá um processo de cassação do presidente, mesmo com pressão popular. É ruim também porque o novo presidente da Câmara tem uma agenda afinada com a de Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes.

Para entidades como a CUT e para lideranças dos movimentos sociais, essa agenda, que inclui as reformas administrativa e tributária e a privatização dos bancos públicos, atende apenas os interesses da extrema direita, do megaempresários, dos latifundiários e do mercado financeiro nacional e internacional.

De um lado, esse projeto aponta para a dilapidação do patrimônio público e a entrega do que resta dele ao capital privado. De outro lado, mantém a política de ataques à classe trabalhadora, entre eles os servidores públicos, já comparados a “parasitas” pelo ministro Paulo Guedes.

Mas não é só isso: a vitória de Lira coloca uma das principais instituições da República nas mãos dos deputados do “Centrão”, do qual o novo presidente da Câmara é um dos principais expoentes. Uma casta de políticos que não têm pudor nenhum, que foi demonizada por Bolsonaro durante a campanha, mas que agora é a base de sustentação política do governo.

Por óbvio, esse apoio não se dá por ideologia, mas para se aproveitar da máquina do Estado o quanto puderem. Portanto, se a vitória de Arthur Lira se deu à peso de ouro para o governo, poderá ser muito mais onerosa para a sociedade.

Por que a greve dos caminhoneiros fracassou?

A greve que os caminhoneiros pretendiam fazer a partir do dia 1º de fevereiro, fracassou. O depoimento do caminhoneiro Cícero Costa, resume uma situação bem diferente das mobilizações anteriores: “Faltou coragem, muita gente disse que iria parar e quando chegou hoje não parou. Eu fiquei parado, mas quando eu vi que não ia ter greve nenhuma eu voltei a trabalhar”.

A pauta dos caminhoneiros é justa. Traz questões como a necessidade de um marco regulatório do transporte e de uma jornada de trabalho para esse tipo de função. Também reclamam o preço mínimo do frete e do alto preço do óleo diesel, entre outras reivindicações.

Porém, a mobilização não teve o apoio de lideranças dos próprios caminhoneiros, como o presidente da Abrava (Associação

Brasileira de Condutores de Veículos Automotores) e um dos principais líderes das greves anteriores, Wallace Landim, conhecido como “Chorão”. Também enfrentou a oposição de grupos patronais. Alegaram que a greve poderia desencadear uma forte mobilização nacional pelo impeachment de Jair Bolsonaro.

No entanto, a pauta dos caminhoneiros é a mesma de cinco anos atrás, quando o preço do frete era melhor e o óleo diesel era mais barato. Fica mais claro agora que nas greves anteriores os caminhoneiros foram enganados e suas lideranças influenciadas pelos patrões e por grupos políticos que apoiavam o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, abrindo o caminho para a extrema direita chegar ao poder. O que prometeram para a categoria não foi cumprido até hoje.